

MARXISMO E TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS

Cristiano Lima Ferraz*

RESUMO:

O presente artigo discute a teoria das classes sociais e o processo de constituição do operariado com base na problemática marxista. Com este objetivo, estabelece o debate com algumas correntes da tradição weberiana e com correntes economicistas existentes no seio próprio marxismo. Por fim, apresenta parte de um estudo de caso sobre o processo de constituição do operariado em classe.

PALAVRAS-CHAVE: *Classes sociais. Marxismo. Operariado.*

INTRODUÇÃO

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (Karl Marx, **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**).

Quando um observador se depara com um grande número de operários reunidos, em fábricas ou em outras situações, ou quando se dedica à pesquisa sobre a história dos trabalhadores, a problemática política e teórica acerca das classes sociais e da organização em classe do operariado entram pela porta da frente. A percepção do conjunto coloca para o pesquisador o risco de, *a priori*,

* Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: clf-ferraz@uol.com.br.

identificar os trabalhadores como integrantes de uma mesma classe social. Mas, no debate que se trava dentro da tradição marxista, embora os trabalhadores estejam em uma mesma situação, no tocante às relações com as forças produtivas e a organização social da produção, além da situação econômica, existem outras determinações de classe que devem ser consideradas. A situação de classe, que se associa imediatamente à situação econômica, não garante, por exemplo, que exista entre os trabalhadores algum nível de identidade, laços de pertencimento, modos de vida comuns e ação social coletiva. Nesta perspectiva, a situação econômica de um grupo de trabalhadores frente à organização social da produção é o ponto de partida para a identificação da classe social, mas não o fim do percurso, que demanda uma maior reflexão e pesquisa sobre o assunto.

No terreno da História e das Ciências Sociais, mesmo no campo do próprio marxismo, esta não é uma problemática unívoca. Para confrontá-la, é necessário considerar uma das principais matrizes teóricas que informam o debate sobre as classes sociais travado com o marxismo – Weber e a tradição weberiana – para, em seguida, tratar da questão no terreno específico do marxismo.

A partir dessas perspectivas teóricas, procuramos definir as principais questões sobre as quais nos debruçamos neste trabalho – o que é uma classe social e como é possível delimitá-la – e apresentamos os dados da pesquisa realizada sobre o surgimento de uma nova geração operária no Brasil contemporâneo. Para concluir, buscaremos discutir em que medida esses novos segmentos operários constituem, de fato, uma nova classe social.

CLASSES SOCIAIS, ECONOMICISMO E A PROBLEMÁTICA TEÓRICA MARXISTA

Por mais rica que seja a contribuição weberiana para a teoria social, no que se refere ao campo das classes sociais, a sua problemática teórica conduz necessariamente ao economicismo. Na abordagem weberiana, por exemplo, o operariado fabril integraria de imediato uma classe social, a classe operária, porque a chamada “situação de mercado” é considerada o elemento central para a determinação de classe. Esse campo de visão limita a problemática teórica e a pesquisa sobre as classes sociais, na medida em que torna secundários aspectos políticos, ideológicos e culturais relacionados ao modo de vida e às

ações coletivas dos trabalhadores, temas reconhecidamente relevantes para o trato da questão.

Weber não define as classes sociais como comunidades, embora considere que elas sejam bases possíveis para a “ação comunal”. A classe é definida como um grupo de pessoas que possuem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, componente estritamente vinculados aos interesses econômicos, ligados à posse de bens e a oportunidades de rendimentos, obtidos sob condições específicas do mercado de produtos ou do mercado de trabalho. Para Weber, a classe se define a partir de situações de classe:

De suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou por sua ausência, de dispor de bens ou habilidades em benefício de rendimentos em uma dada ordem econômica. O termo “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de classe (WEBER, 1971, p. 63)

Weber reconhece, no entanto, que somente a esfera do mercado e a dimensão econômica não são suficientes para explicar a dinâmica social. É o que demonstra, por exemplo, em **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, tese segundo a qual o protestantismo foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Ao reconhecer que as relações entre os agentes sociais não se explicam somente pela situação de mercado, mas também pela política, pelas relações de poder, idéias e valores, Weber levanta elementos importantes para o exame dos grupos humanos e das relações sociais. É o que demonstra o conceito de grupos de *status*.

Quando Weber fala de grupos de *status*, ele não o faz no contexto de um debate teórico sobre as classes sociais. Para o autor, há uma evidente cisão entre o que ele denomina por ordem econômica e ordem social. A classe social situa-se no terreno da ordem econômica. Já o poder político e a honra social não se definem no terreno da classe, ou seja, na esfera econômica. Weber acrescenta ao exame da dinâmica histórica, a problemática dos grupos de *status*, que pertencem à ordem social, distinta de ordem econômica:

Podemos denominar de “ordem social” a forma pela qual a honra social se distribui numa comunidade entre grupos típicos participantes dessa distribuição. A ordem social e a ordem econômica estão ambas, é

evidente, relacionadas com a “ordem legal”. Entretanto, a ordem social e a econômica não são idênticas. A ordem econômica é para nós apenas a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e utilizados. A ordem social é, obviamente, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez reage a ela. Assim: “classes”, “grupos de status” e “partidos” são fenômenos de distribuição de poder dentro duma comunidade (WEBER, 1971, p. 62)

Assim, a partir de uma outra problemática, que circunscreve a teoriza das classes sociais na esfera econômica, o próprio Weber nos faz pensar que nem todas as determinações do processo social são econômicas. O limite de Weber está em determinar a classe pela situação de mercado (onde haveria uma miríade de classificações: classe dos banqueiros, dos industriais, dos operários, das lavadeiras etc) ou na perspectiva teórica que reduz a economia ao mercado, à distribuição de capital, bens, mercadorias e serviços, elementos que, no campo teórico marxista, identifica-se com a *esfera da circulação* do capital.

Para Weber, a problemática do poder político, das idéias e valores não ocupa lugar na ordem econômica, determinante da classe social. E mesmo a propriedade ou a ausência de propriedade, categorias básicas de todas as situações de classe, permanecem à margem da teoria weberiana das classes, cuja ênfase está na situação de mercado (WEBER, 1971, p. 74). Além disso, encontram-se aí separadas a ordem econômica e a ordem social ou a classe e os grupos de status, dimensões profundamente relacionadas com a explicação da organização social da produção material, fundamento determinante na dinâmica histórica de constituição dos grupos humanos em classes sociais.

Os grupos humanos contemplam, em suas ações, variados aspectos (políticos, culturais, econômicos etc) que motivam e explicam a dinâmica social e os processos históricos, entendidos em termos de mudanças estruturais. A pesquisa sobre a ação dos segmentos sociais na dinâmica histórica impõe, pois, a necessidade de uma teoria que integre, no conceito de classe social, esses múltiplos aspectos. As ações e o modo de vida dos grupos específicos são, de algum modo, determinados pelas suas relações com os meios de produção, com os bens materiais e culturais e com as relações de poder presentes na sociedade. É preciso, portanto, ampliar a análise para além da situação de classe ou de mercado, ou seja, para além da problemática economicista das classes sociais.

Para Marx, a política, as ideologias e inclusive a cultura, junto com as determinações econômicas, atuam no processo de constituição da classe

social. O que Weber separa a partir dos conceitos de ordem social e ordem econômica, Marx integra uma mesma totalidade complexa, materialmente determinada, a organização da produção social da existência. A noção de economia está assentada sobre a organização da produção material, o que explicaria o uso do conceito mesmo para sociedades nas quais não há predominância do mercado.

No capitalismo, o mercado tende a se converter na única expressão de organização da produção social, a produção social tende a se converter em economia apenas como mercado, como lugar do primado do valor de troca em detrimento do valor de uso. Esse primado da mercadoria, característico da economia capitalista, não se aplica, entretanto, a todas as economias tomadas como formas sociais da produção material. Embora no capitalismo, a organização da produção tende a se converter na própria produção de capital e as classes sociais tendam a surgir a partir de sua posição na organização daquela produção social, não se pode chegar a conclusão de que os meios de produção, em todas as sociedades histórica dadas, são necessariamente capital em potencial ou de que o capital é um fundamento necessário do processo de trabalho humano em geral, abstraindo as formas históricas do trabalho (MARX, 1995). O mesmo se pode dizer das formas históricas assumidas pelas classes sociais. A sua existência têm relação com as formas históricas assumidas pela organização social da produção, este sim um elemento geral presente do processo de organização das sociedades humanas, seja mediadas pelo mercado ou não.

Os resultados diretos ou indiretos deste problema teórico indicado por Marx trazem implicações importantes para a teoria das classes sociais e nos indica que Weber transita por uma pretensa teoria da história sem incorporar a história como instrumento teórico-metodológico. Ao tomar uma forma particular – a do mercado e da economia mercantil capitalista – como única expressão de todo o desenvolvimento histórico da classe, a tradição weberiana fica impedida de transcender a análise das classes sociais para realidades que se diferenciam do modo de produção capitalista e de desvelar as ações dos grupos humanos na história.

Na tradição instaurada por Weber, somente no capitalismo haveria a predominância do mercado, ou classes como “bases possíveis e freqüentes de ação comunal”. Seria inadequado falar em classes ou lutas de classes em

outros momentos da história nos quais esteja ausente o panorama clássico para a identificação das classes sociais, a situação de mercado. Restringe-se, pois, a análise das classes sociais à esfera da circulação de mercadorias, em detrimento da organização social que materializa a sua produção. Para Marx (1995, p. 46-47),

como o processo de produção do capital é em geral um processo de trabalho, o processo de trabalho enquanto tal, o processo de trabalho em todas as formas sociais é necessariamente o processo do capital. Considera-se assim o capital como uma coisa que no processo de produção desempenha certo papel próprio de uma coisa, adequado à sua situação de coisa. É a mesma lógica que infere que ouro é dinheiro em si e para si do fato de o dinheiro ser ouro [...]. Demonstra-se identidade retendo o que é idêntico em todos os processos de produção e prescindindo das suas diferenças específicas. A identidade demonstra-se deixando de lado a diferença.

Offe (1989) e Habermas (1975), em suas análises sobre as relações entre trabalho e mudanças contemporâneas na economia capitalista, partilham da concepção weberiana de classe social como determinada pela situação de mercado. Para Habermas, mudanças nas situações de classe, propiciadas pela situação de mercado própria ao capitalismo das últimas décadas, indicam que o conflito de classe estaria apaziguado e que as classes em luta, expressão do duro capitalismo liberal, perderiam a força para a explicação social:

O sistema do capitalismo em fase tardia é definido por uma política de indenizações que garante a fidelidade das massas assalariadas, isto é, por uma política de evitar conflitos, de tal modo que o conflito que, tanto agora como antes, é incorporado na estrutura da sociedade, com a valorização à maneira privada, é aquele conflito que permanece latente com uma probabilidade relativamente maior. Ele recua face a outros conflitos que decerto também dependem do modo de produção, porém, que não podem mais tomar a forma de um conflito de classes (HABERMAS, 1975, p. 323).

Se as classes se definem no plano da economia, na situação de mercado, ou no âmbito do sistema e não no mundo da vida, separação feita por Habermas (1987, p. 469-502), não há conflitos econômicos. Seria equivocado, pois, falar em classes sociais. A problemática teórica consagrada por Habermas torna *intransparente* o reconhecimento da existência da classe social na sociedade contemporânea.

Na análise de Offe (1989), as mudanças na economia capitalista contemporânea, e, em especial, da situação de mercado, põe em questão a sociedade do trabalho e o operariado como classe. Um exemplo de mudança na situação de mercado que teria convertido o operariado em uma não-classe-operária pode ser encontrado, segundo essa linha de raciocínio, nas relações de trabalho estabelecidas nas grandes fábricas, a partir da terceirização de trabalhadores ou da instituição de sistemas de cooperativa nos quais são praticadas formas de assalariamento indireto, como o pagamento por peça. A crise do contrato de trabalho clássico no mercado de empregos serve para engrossar o coro daqueles que argumentam pelo fim da “classe operária”.

Ao afirmar que somente o trabalho assalariado formal no mercado de empregos produz mais-valia – ou seja, valoriza o capital – o próprio Marx parece dar margem a esse tipo de interpretação:

O trabalho assalariado é, pois, para a produção capitalista, uma forma socialmente necessária do trabalho, assim como o capital, valor elevado a uma potência, é uma forma necessária que devem adotar as condições objetivas do trabalho para que este último seja trabalho assalariado. De modo que o trabalho assalariado constitui uma condição necessária para a formação de capital e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista (MARX, 1995, p. 73)

Uma análise restritiva dessa premissa ignora, por exemplo, o uso, pelo capitalista, do trabalho escravo para valorizar o capital, como ocorre ainda hoje em algumas situações. E resultaria na separação entre ordem econômica e ordem social, como proposto por Weber, e na consideração de que os escravos são grupos de status, e não classes.

No entanto, é preciso considerar, no sentido inverso, que o processo de trabalho capitalista se realiza com a produção de mercadorias com mais-valor agregado, quando os meios de produção se convertem em capital, servindo à acumulação. É fundamental a incorporação do trabalhador, uma vez que é a sua atividade que valoriza os meios dispostos pelo capitalista no início do processo. Esse mais-valor advém de trabalho não-pago:

O capital é, portanto, não apenas comando sobre trabalho, como diz A. Smith. Ele é essencialmente comando sobre trabalho não-pago. Toda mais-valia, qualquer que seja a forma particular de lucro, renda etc., em que ela mais tarde se cristalice, é segundo sua substância, materialização

de tempo de trabalho não-pago. O segredo da auto-valorização do capital se resolve em sua disposição sobre determinado quantum de trabalho alheio não-pago (MARX, 1984, p. 120)

Ou seja, o capital se valoriza ao incorporar trabalho não-pago que, por sua vez, se incorpora no produto-mercadoria. Não havendo equiparação entre o que o trabalhador produz e o que recebe, a lei do valor-trabalho continua atuando. Deste modo, ao terceirizar ou criar as cooperativas de produção, o capitalista externaliza, para usarmos aqui uma linguagem corrente no meio empresarial, os “inconvenientes” (custos sociais do trabalho, negociação com os trabalhadores, conflitos etc) que acompanham a produção de mais-valia e internaliza apenas o seu acúmulo.

Sobre o cerne da produção capitalista, Marx argumenta:

O produto do processo de produção capitalista não é nem mero produto (valor de uso), nem uma mera mercadoria, quer dizer um produto que tem valor de troca; o seu produto específico é a mais-valia. O seu produto são mercadorias que possuem mais valor de troca, quer dizer, que representam mais trabalho do que o que foi adiantado para a sua produção, sob a forma de dinheiro ou mercadorias. No processo capitalista de produção, o processo de trabalho só se apresenta como meio, o processo de valorização ou a produção de mais-valia como fim (MARX, 1995, p. 68).

Posto isso, podemos considerar que a existência da classe operária não está condicionada necessariamente a condições de assalariamento direto. Além disso, o salário é uma forma social que fetichiza a existência do trabalho não-pago, que era mais visível no escravismo e no sistema feudal:

A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corvêia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalho para si mesmo, aparece como trabalho para o seu dono. Todo o seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho escravo para si mesmo; aqui a relação do dinheiro oculta trabalho gratuito do assalariamento (MARX, 1984, p. 124)

Desta forma, o capitalista pode obter a força de trabalho do produtor direto e produzir mercadorias com maior valor de troca sem necessariamente pagar salário, ressuscitando (ou tornando mais clara) a natureza servil do trabalho sob o capital. O capitalista pode, ainda, assalariar indiretamente, condicionando o pagamento da produção “autônoma” do trabalhador a condições de compra pré-estabelecidas pelo empresário. No caso atual do trabalho doméstico e das cooperativas de produção, os trabalhadores, alheios às formas clássicas da relação salarial clássica estão, nesta perspectiva teórica, fora da situação de mercado e, portanto, não se constituíam como classe operária. Compõem a classe dos prestadores de serviços, dos proprietários dos meios de produção da cooperativa, a classe dos cooperativados etc.

Poder-se-ia, inclusive, argumentar que os trabalhadores de cooperativas são também capitalistas, já que detêm a propriedade dos meios de produção. Contudo, se nos ativermos à questão mais fundamental, eles realizam o processo de trabalho, produzindo partes ou mesmo mercadorias inteiras, não controlam os rumos da produção e nem usufruem plenamente dos seus resultados. No final das contas, por meio de um contrato com o capitalista, eles trabalham para alguém que controla o processo global e que não os remunera em consonância com o resultado da produção. O conhecido exemplo da marca de roupas Benetton, e de diversas outras marcas, que compram a produção de *ateliers* e pequenos grupos de trabalhadores, ilustra bem essa situação.

O exame da dinâmica social tendo como parâmetro a organização da produção social da existência, ao invés da situação de mercado, indica a existência de grupos que se diferenciam pelo lugar que nela ocupam e que podem vir a se constituir enquanto classes sociais. Tais grupos tendem a estabelecer o seu modo de vida, a sua percepção acerca das relações sociais, da política e da cultura a partir da experiência na organização da produção material. Não é situação de mercado que dá existência a esses grupos; a situação de mercado é, digamos assim, posterior à condição de classe. Essa condição de classe é determinada economicamente pelo lugar ocupado pelo grupo na organização social da produção da existência. Portanto, a análise da classe pela situação de mercado estaria amparada na superfície dos fatos. Mesmo em situações de mercado que, aparentemente, afastam o trabalhador da condição operária e embora seja dificultada a sua emergência como classe ativa, enquanto força social, a classe existe como potência. Os trabalhadores a ela pertencem

como parte dos explorados que valorizam o capital a partir do seu lugar na organização da produção social da existência em sua forma capitalista, No campo marxista do debate sobre as classes sociais, Boito Jr. argumenta:

As relações de produção são, de fato, a referência última das classes sociais. Os lugares ocupados no processo de produção, basicamente a grande divisão entre proprietários e não-trabalhadores e trabalhadores não-proprietários, é a divisão fundamental que possibilita a organização de coletivos com interesses opostos. Mas isso como possibilidade. (BOITO JR., 2003, p. 199)

Ainda assim, a formação de coletivos organizados em torno de interesses opostos não possibilita necessariamente a formação da classe social. Os trabalhadores organizados em sindicatos quase sempre defendem interesses opostos aos dos patrões ou apresentam valores éticos e culturais que os diferenciam de forma substantiva dos segmentos sociais potencialmente antagônicos Mas a ação política de tal coletivo ocorre predominantemente na esfera econômica e corporativa e não transcende a ação para lutas políticas que contestam de forma mais radical a sua posição na organização da produção social e, por conseguinte, a própria estrutura de classes.

A abordagem que localiza a classe social apenas na dimensão econômica, sem levar em conta os aspectos políticos e culturais relacionados à sua formação, torna limitada a compreensão do fenômeno classe social e tem contaminado os debates recentes sobre o fim da classe operária. Para muitos autores, a crise econômica e político-ideológica da sociedade do trabalho assalariado é tomada como um dos aspectos do fim da classe operária e da teoria do valor-trabalho. Este tipo de análise tende a confluir com a retórica pós-moderna do fim das classes sociais. No campo marxista a análise é distinta. A problemática teórica proposta por Marx, que se desdobra na teoria das classes sociais, incorpora múltiplas determinações. Isto não impediu que determinadas correntes do marxismo também adotassem o viés economicista e relegassem às contradições produzidas no terreno da economia o papel principal na constituição das classes e dos conflitos entre capital e trabalho subjacentes a este processo. Uma visão predominante no campo do marxismo tradicional fez veicular a idéia de que a própria dinâmica da economia capitalista levaria à revolução socialista, por força do acirramento crescente de suas contradições, ou produziria a consciência de classe necessária ao desencadeamento do processo revolucionário.

Entretanto, com a derrota das experiências ditas socialistas, ocorrida no mesmo período em que o capitalismo mundial apresentava sinais de uma ampla reorganização e intensificava a exploração dos trabalhadores em todo o mundo, a plataforma socialista refluía em diversos países do Ocidente, inclusive nas organizações vinculadas aos interesses dos trabalhadores, que buscavam ampliar espaços na cena política.

O entendimento da classe como lugar na organização da produção (econômica) permanece cara ao marxismo; por outro lado, este lugar não é suficiente para produzir identidades, para distinguir os segmentos sociais em nível político-ideológico e cultural e possibilitar a construção de uma ação social que tome esta distinção como referência. Para o desencadeamento de um processo revolucionário frente à hegemonia do capital na totalidade da produção social, ao lado da economia, o campo da política e a dimensão simbólica, a atribuição de significados relacionados ao modo de vida dos agentes no âmbito da estrutura de classes, são igualmente importantes.

O ECONOMICISMO MARXISTA

O economicismo presente na tradição marxista herdeira da II e III Internacionais impede que a análise sobre o processo de constituição das classes sociais avance. Para as vertentes decorrentes desse marxismo tradicional, o lugar na organização da produção econômica por si só determina a classe social e, no caso do operariado, o conduz à situação revolucionária (RUMIÁNTSEV, 1963), sobretudo quando entra em cena o partido revolucionário ou quando a consciência de classe é adjudicada ao operariado (LUKÁCS, 1971, p. 18-19). Uma visão recorrente nos anos 60 e 70 do século XX, vinculada a essa abordagem economicista, indicava que haveria uma polarização cada vez mais acentuada na população ativa dos principais países capitalistas em decorrência do aumento da massa de assalariados e da diminuição do percentual de autônomos. Isso levaria necessariamente à radicalização das contradições do capitalismo e precipitaria o processo revolucionário.

Os marxistas tradicionais entendem que o capitalismo monopolista, ao intensificar o controle sobre as dimensões produtivas e improdutivas da reprodução ampliada do capital, transforma em classe operária todos os trabalhadores direta (trabalho produtivo) ou indiretamente (trabalho improdutivo) envolvidos na produção de mais-valia. Nessa perspectiva

economicista, até mesmo os engenheiros fazem parte da classe operária, o que leva ao limite a tese de que não é a ligação direta com os meios de produção que determina o pertencimento à classe operária, mas o assalariamento. Há, ainda, nesta perspectiva teórica, uma tendência à generalização da tese da crescente desqualificação da força-de-trabalho na produção capitalista (BRAVERMAN, 1987). Em um grande colóquio marxista realizado no início dos anos 60, Rumiantse afirmava:

Lo erróneo de este punto de vista quedó demostrado em el curso de la discusión. Los participantes en el coloquio se refieron a este propósito al concepto de “obrero coletivo”, puesto en circulación por Marx, que lo identificaba en el sentido social con la clase obrera, o con el proletariado. Por obrero colectivo”, el autor de El Capital entendía un personal obrero combinado “cuyos” miembros tienen una intervención más o menos directa en el manejo del objeto sobre que recae el trabajo”, o sea, dicho de otro modo, que también pueden estar ligados no directamente con los medios de producción (RUMIÁNTSE, 1963, p. 31-32).

Considerando-se estritamente as relações com os meios de produção, já que vendem a sua força de trabalho os engenheiros seriam, também, proletários e, portanto, classe operária. A não propriedade é o critério principal de determinação e pertencimento dos agentes à classe operária. Apoiando-se em uma passagem de Marx, Rumiantse assinala:

Em los comentarios finales se decía: “El rasgo fundamental de la situación de clase del proletariado no es la unión directa con los medios de producción, sino su separación de los mismos”. Por cuando los empleados de oficina y de comercio y los ingenieros y peritos, al igual que los obreros (como se puso de relieve a lo largo de la discusión), no poseen, en general, la propiedad de los medios de producción, deben ser considerados, en virtud de este rasgo fundamental, parte integrante de la clase obrera (RUMIÁNTSE, 1963, p. 31-32).

No sentido contrário, pode-se argumentar, a partir do caso dos engenheiros, que, se por um lado estes não são proprietários, o que lhes confere a condição de classe operária, por outro lado, deve-se levar em conta a sua função na organização da produção social da existência, a tendência a assumir um papel político como agentes da produção capitalista e a sua forma de consciência social, elementos que os excluiriam da classe operária. No processo de trabalho, a tendência dos engenheiros é formar o corpo dos

prepostos que realizam o planejamento do processo de trabalho capitalista e da instituição dos mecanismos de exploração de mais-trabalho dos operários. Os engenheiros existem para garantir o funcionamento de um sistema social e técnico de exploração.

Se os agentes operários estão potencialmente mais próximos da plataforma política revolucionária, pela sua situação na organização social da produção, o mesmo não se pode dizer dos engenheiros. Tendencialmente, o processo revolucionário está em contradição com os interesses materiais, políticos e ideológicos dos engenheiros e afins. Entretanto, no sentido de se evitar o reducionismo com sinal trocado, que atribui à esfera político-ideológica um papel isolado frente à determinação econômica, é preciso dizer que os valores político-ideológicos tendem a ser condicionados pelos interesses materiais relacionados ao modo de vida. Desse ponto de vista, trabalhadores como os engenheiros constituiriam uma camada social intermediária entre a burguesia e operariado, em uma potencial situação contraditória de classe, visão que o marxismo tradicional tende a desconsiderar.

A dificuldade enfrentada por certas correntes do marxismo de se desvencilhar do economicismo decorre do limite imposto por uma concepção de um tipo de totalidade que se atribui ao pensamento de Marx, mas cuja origem é hegeliana. Trata-se da totalidade simples, que opera com o princípio de dois pólos contraditórios. Se esta concepção de totalidade ocupava um lugar no pensamento do Jovem Marx, isto já não ocorre nas teorias da maturidade, quando Marx opera no terreno do Materialismo Histórico Dialético. Em Hegel, a totalidade simples se traduz na Dialética do Senhor e do Escravo; no marxismo economicista se consolida na tese da determinação da dinâmica histórica apenas pela contradição entre Capital e Trabalho, ou entre forças produtivas e relações de produção. Nesta perspectiva, as múltiplas determinações, tão caras ao método de Marx, perdem espaço para a economia, determinante em última instância e não somente em última instância (ALTHUSSER, 1979, P. 75-113), impondo-se como necessidade, como Engels enuncia de forma muito clara (MARX; ENGELS, 1986b, p. 284-285)

A afirmação da existência de uma única contradição entre dois pólos, elimina a possibilidade de se considerar outras contradições que determinam ou sobredeterminam¹ a produção social da existência material e sofrem a sua

¹ Para o conceito de sobredeterminação, ver Althusser (1979, p. 75-113).

influência. Este procedimento analítico entra em desacordo com o método de Marx, pois, para este, a totalidade social não se compõe ou se explica somente pela polaridade entre forças produtivas/relações de produção, base infraestrutural e superestrutura (na prática, uma falsa separação), Capital/Trabalho, economia/política e ideologia.

AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO OPERARIADO EM CLASSE

Marx e Engels no **Manifesto Comunista** e Marx no **18 Brumário** abordam a constituição do operariado em classe e a existência ou não do campesinato francês enquanto classe social, respectivamente. Nesses textos está implícito que a constituição da classe social não ocorre somente no terreno da economia. No entanto, esse tema não foi suficientemente desenvolvido pelos fundadores do Materialismo Histórico Dialético. Os princípios para o desenvolvimento da problemática teórica das classes sociais estão melhor colocados, pelos dois autores, em suas obras da maturidade. Um desses princípios diz respeito à possibilidade de múltiplas determinações. O sentido inicial dado por Marx às relações entre estrutura econômica e produção social da existência humana está explicitado no prefácio à Contribuição à crítica da economia política:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção **que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais**. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta toda a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. **O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.** (MARX; ENGELS, 1986a, p. 301. Grifos nossos).

Transportando esta problemática teórica para o campo da teoria das classes sociais embora se possa privilegiar na análise um dos aspectos (econômicos, políticos, culturais etc.), nenhum deles pode estar dissociado dos outros elementos que atuam na dinâmica histórica. Em outras palavras, da mesma forma como ocorre com a dinâmica histórica, uma classe social não

se encontra hermeticamente isolada do complexo de influências que atuam sobre a sua existência, que lhe dá o contorno e que pode diferenciá-la das outras classes. A organização da produção econômica e os lugares ocupados pelos agentes sociais condicionam a determinação de classe e a sua existência como possibilidade. Mas na organização da produção social da vida humana (totalidade social) outros aspectos atuam determinando e sobredeterminando a produção material, bem como a dinâmica das classes. É preciso aqui resgatar, de fato, o lugar da política na teoria marxista. Isso porque sem o primado da transformação política, as possibilidades colocadas no terreno da economia não necessariamente se realizam (BORRO JR, 2003, p. 199). Não há automatismo no desenvolvimento histórico. Ele não pode ser alavancado somente pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção, como pretendem os teóricos do marxismo economicista.

Em 1890, Engels já alertava sobre as distorções promovidas pelo economicismo:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. **Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda.** A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe dominante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas no cérebro dos que nela participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma** como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau (MARX; ENGELS, 1986b, p. 28. Grifos nossos).

Entendemos aqui a relação necessidade e econômico como impositiva da existência material, da manutenção imediata da existência física, imanente ao chamado reino da necessidade. A análise de Engels recupera o viés antieconomicista da teoria marxista ao precisar que, “embora as condições materiais de vida sejam a causa primeira, isto não impede que a esfera ideológica **reaja por sua vez sobre elas**, ainda que sua influência seja secundária” (MARX; ENGELS, 1986b, p. 282-283. Grifo nosso). Falar em “influência secundária” não implica em hierarquizar a importância das esferas na dinâmica social, pois elas se confundem na prática. No entanto, as construções culturais e político-ideológicas precisam ter, digamos assim, um campo de objetivação sob o qual atuam e que condiciona a concreticidade de sua existência, *do* seu estatuto de realidade; caso contrário, estaríamos no terreno da metafísica.

Estendendo a análise de Engels à teoria das classes sociais, podemos afirmar que os agentes elaboram significados sobre sua experiência, produzem as ideologias, cultura, bem como modificam esses elementos de acordo como vivenciam sua existência material. Os agentes sofrem influência decisiva da estrutura de classes e dos imperativos das necessidades materiais que se impõem, em última instância, apenas como necessidade, como determinação econômica. As elaborações e significados sobre o modo de vida podem ser transformados e contribuem para alterar a própria existência, mas, sempre tendo como base a questão primeira, colocada nos termos de “produção e reprodução da vida real” (MARX, 1980), sem a qual as chamadas “construções superestruturais” tornam-se abstrações vazias. O desenvolvimento da perspectiva thompsoniana, de formação das classes sociais, pode levar a esse extremo.

Thompson atribui um peso decisivo à experiência dos agentes com a situação de exploração no processo de formação da classe, experiência esta que ocorre partir de elaborações simbólicas, culturais e políticas da classe sobre si mesma. Não se pode negar a importância da experiência, já que se relaciona com a construção da identidade de classe e à luta política (THOMPSON, 1998; 1987; NEGRO; SILVA, 1998). Mas este tipo de análise tende, em grande parte, a atribuir um caráter voluntarioso ao processo de formação da classe. Se por um lado, o autor denuncia os limites da abordagem economicista, por outro lado, tende a obscurecer o devido lugar das determinações econômicas e da estrutura de classes.

Determinados grupos humanos só partilham da experiência de classe em virtude da sua posição em uma estrutura de classe, quase sempre pré-existente.

Em síntese, é diferente afirmar que as superestruturas reagem sobre a base material, modificando-a inclusive, de afirmar que a superestrutura é *reflexo* da base material. Dizer que algo reage sobre alguma coisa, sobredeterminando-a, é também diferente de afirmar que o que sofre a reação ou o que reage podem assumir o papel principal, de determinação mesmo, dependendo da situação.

É correto o argumento de que a superestrutura político-ideológica muitas vezes condiciona as opções políticas dos operários, bem como os “acasos” (guerras, pestes, catástrofes naturais, crises etc), podem influenciar na coesão dos interesses de classe distintos em um mesmo bloco histórico, para usar aqui um conceito gramsciano. Apesar de a história ser feita pelos homens, ela desenrola-se também “independente da vontade dos homens”. Não raro, isso ocorre em processos históricos que resultam no fortalecimento da estrutura de classes e de tendências que assumem um poder de determinação muito grande frente à ação dos grupos humanos em seu cotidiano.

Os constrangimentos advindos da necessidade econômica, relacionados à realização da existência, tendem a atuar como determinação fundamental de classe. Ou seja, os imperativos da necessidade econômica e os imperativos ideológicos não estão no mesmo plano de determinação. Eles têm eficiências distintas e desiguais, embora estejam no mesmo plano de importância para a análise das classes. Uma análise diferente irá resultar no economicismo, culturalismo ou do politicismo.

O conceito de sobredeterminação, proposto por Althusser (1979), aponta um caminho que ajuda a avançar no desenvolvimento do problema histórico e teórico de constituição das classes sociais. Há, sim, determinações principais e secundárias. Não que uma ou outra assuma o papel de secundária ou principal, a depender da situação. As determinações principais, cujas particularidades dependem de situações concretas, são *sobredeterminadas* por determinações secundárias. Mas as principais tendem a se impor sempre como econômicas, situadas no campo das necessidades imperativas da produção da existência material, e as secundárias atuam no terreno da experiência de classe dos agentes.

O determinante de classe não é exclusivamente o lugar na organização da produção econômica. Outros determinantes (culturais, político-ideológicos) atuam sempre sobre aquele aspecto, sobredeterminando-o, muitas vezes mudando-lhe a forma, contribuindo para constituir a

determinação mais total, a saber, o *lugar na produção e reprodução da vida real*, como enunciado por Engels. Teríamos, então, determinações da chamada estrutura (que impõe-se somente em última instância, como necessidade) + (sobre)determinações da chamada superestrutura, o que resulta em múltiplas determinações e múltiplas contradições em um tipo de dialética que não está mais no terreno da contradição de dois pólos, contradição simples, característica da dialética hegeliana.

A constituição das classes sociais é, então, um fenômeno sobre o qual atua um conjunto de mediações históricas – entendidas aqui como sobredeterminações – que atuam sobre determinações fundamentais dadas, imanescentes ao próprio modo de ser do modo de produção como, por exemplo, no caso do capitalismo, sua característica estrutura de classes e a relação dos agentes com a propriedade privada dos meios de produção.

Portanto, no exame da constituição dos grupos operários em classe, é preciso considerar como determinação o lugar que historicamente lhes foi relegado dentro da estrutura social de produção e reprodução do capital, que lhes garante a possibilidade concreta de vivenciar a experiência da exploração, além da relação potencialmente conflituosa entre capital/trabalho. Esse conjunto de elementos constitui a determinação principal de classe, mas não garante a sua constituição em classe social. A determinação principal, que se impõe em última instância como necessidade, não é suficiente para estabelecer os contornos da classe, nem necessariamente garantem uma ação coletiva motivada por interesses fundamentais de classe, que revertam sua condição de agente explorado. É preciso, pois, lançar luz sobre os aspectos que atuam sobre a determinação principal, elementos sobredeterminantes decisivos, como, por exemplo, a política, a cultura, as ideologias e o modo de vida, todos relacionadas à especificidade histórica do grupo e ao contexto social em que esses segmentos operários se encontram.

As determinações atuam em três níveis distintos e entrelaçados da realidade social, a saber, o modo de produção em um nível mais abstrato, as formações sociais em nível mais concreto e o modo de vida, em nível mais específico. Tomamos aqui de empréstimo a possibilidade aberta por Poulantzas (1977, p. 145), em sua análise da relação entre formações sociais e modo de produção, mas indicamos pela necessidade de superação de sua tese enquanto possibilidade metodológica. Deve-se levar em conta a necessidade

da investigação da ação dos grupos humanos em seu processo de constituição em classe frente às determinações e sobredeterminações do modo de produção e das formações sociais. Necessitamos, entretanto, de um nível de análise que permita avaliar como as determinações e sobredeterminações no modo de produção e nas formações sociais se manifestam no universo do indivíduo social. Este nível da análise remete ao conceito de modo de vida (TROTSKY, 2009). O exame desta dimensão é importante porque traz à luz as práticas e percepções dos agentes frente às manifestações da dinâmica do capital nos locais em que vivem. Em outras palavras, se o lugar da determinação principal e a possibilidade da experiência da exploração podem ser identificados na dimensão estrutural do modo de produção, o lugar de atuação das sobredeterminações encontra-se na esfera do modo de vida dos trabalhadores nas formações sociais concretas.

MARXISMO E TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS: NOTAS SOBRE UMA PESQUISA

Relataremos nesta seção os resultados da pesquisa, realizada com segmentos operários do setor calçadista e automobilístico, norteada pelas indagações sobre o surgimento de uma nova geração operária no Brasil contemporâneo e sobre a pertinência de se considerar aquela geração como uma classe social (FERRAZ, 2008).

A determinação econômica não é suficiente para garantir a existência das classes sociais. Nesse nível (da determinação econômica), a classe operária existe apenas como potência. No entanto, se a política e a cultura, analisadas como esferas do modo de vida, representam determinações decisivas, há uma tendência a se considerar que a classe só existe, no sentido forte do termo, em alguns momentos específicos da História. Segundo Boito Jr. (2003), a luta de classes define os contornos destes agentes sociais. Isso recoloca o debate nos termos sintetizados por Marx no Manifesto Comunista e no 18 Brumário. No primeiro, Marx afirmava a necessidade de o operariado se constituir em classe; no segundo, propunha o argumento que citamos como epígrafe do presente artigo. O problema está em como este debate foi colocado pela Historiografia e pelas Ciências Sociais.

É conhecido o caminho oferecido por Thompson, que se utiliza do conceito de *experiência* em sua problemática das classes sociais, problemática esta que influenciou decisivamente a constituição da História Social Inglesa. Já

destacamos a crítica a Thompson em outro momento deste texto. Reteremos aqui somente a questão do viés fortemente culturalista, a nosso ver, de sua concepção do fazer-se da classe operária. Embora seja frutífero o resgate das ações que os agentes desenvolvem em sua luta cotidiana, quando se privilegia somente este enfoque, tende-se a enfraquecer as determinações mais gerais do processo de constituição das classes sociais. Daí a necessidade dos conceitos de determinação sobre-determinação.

Os agentes vivenciam a sua experiência a partir de condições dadas, tais como a sua situação na organização social da produção e na estrutura de classes, que, como estrutura de longa duração, tende a condicionar historicamente a experiência de classe dos agentes. Posto isso, o conceito de experiência é sobrecondicionado; ou melhor, a experiência representa uma sobre-determinação e não uma determinação no processo de constituição das classes sociais. Mas, permanece o problema de saber em que medida a ação dos agentes frente às sobre-determinações que se relacionam às determinações de longa duração do modo de produção produz a existência da classe social.

Na problemática marxista, tanto os autores que criticam a perspectiva thompsoniana quanto o próprio Thompson recaem na mesma dificuldade de método, provavelmente porque se atém literalmente aos enunciados de Marx do **Manifesto Comunista** e do **18 Brumário**, indicativos de que somente o extremo representado pela luta de classes daria os contornos das lutas de classe. A luta de classes é vista, assim, em seu sentido literal, como um processo que pode resultar, inclusive, na aniquilação física do adversário. Cria-se, com isso, uma idéia de como deve ser a luta que venha a produzir os contornos da classe, ao invés de focar os mais diversos aspectos das lutas dos trabalhadores e do seu antagonismo com os agentes que organizam e levam à frente o processo de dominação. As situações em que os agentes partem para a luta de aniquilação, como ocorreram em alguns momentos da história, é menos a exceção em um momento extraordinário e mais a explosão de um processo longo e lento de desenvolvimento do antagonismo. Se não podemos construir soluções ideais para a existência da consciência de classe, menosprezando a consciência que a classe tem, também não seria adequado idealizar o nível do antagonismo e de identidade necessária para que a classe exista. Somente a análise concreta de cada segmento social poderá definir se ali existem segmentos da classe operária ou não. Assim, não podemos determinar se um grupo de trabalhadores

constitui ou não a classe operária sem examinar a relação da sua experiência de classe com as determinações e sobredeterminações relacionados com essa condição. Isso porque as situações para o desenvolvimento do antagonismo que se manifesta no modo de vida, diferenciando as possíveis classes sociais, são condicionadas pelo conjunto das determinações e sobredeterminações em situações concretas.

Na pesquisa que realizamos identificamos o coletivo operário como uma classe operária nascente. Ela não se faz sozinha, a partir de sua própria experiência, conforme diria Thompson. Isso relegaria à obscuridade a relação entre as estruturas de determinação e os elementos de sobredeterminação, um conjunto que pode ser composto tanto por estruturas de longa duração, como por particularidades que se situam no tempo da conjuntura. A classe não é inexistente somente porque o seu antagonismo com a burguesia industrial não a coloca em luta aberta ou porque ela ainda não desenvolveu uma interpretação radical – no sentido de ir à raiz – sobre sua condição e não colocou em prática ações com vistas à sua emancipação.

Todos os que compõem o coletivo sofrem o mesmo fenômeno de subalternização política e econômica que tende a impedi-los de construir uma ideologia e hegemonia a partir de sua condição de classe e oferecer uma explicação mais totalizante e independente sobre o seu lugar na organização social da produção. Mas, mesmo que todos estejam na mesma condição de subordinação, isso também não garante que ali estejam construindo uma experiência comum que possibilite uma identidade própria frente aos outros segmentos sociais, embora tenham contato com uma estrutura de pertencimento e de identidade nascente. Assim, se por um lado, a determinação econômica não garante a existência da classe, por outro lado, sem tal determinação sequer podemos considerar a sua possibilidade. Levando-se essa situação ao limite, poderíamos dizer que, embora todos os trabalhadores pesquisados vivenciassem aquilo que na perspectiva weberiana constituiria uma mesma situação de mercado que os integraria na classe operária, ou cuja existência social esteja determinada pela organização da produção, em termos marxistas, isso não quer dizer que todos os trabalhadores pesquisados pertençam à classe operária. Aparentemente, essa afirmação nos traz um problema empírico e teórico: a determinação de classe, na realidade, não determinaria nada; em um mesmo segmento social poderíamos encontrar

a divisão entre aqueles que constituem e os que não constituem a classe. Se não nos basearmos na lógica dialética, mas na lógica formal, teríamos aqui uma contradição insolúvel. Contudo, ao se encontrarem no seio da mesma determinação econômica, todos os trabalhadores se localizam na condição operária, mas não necessariamente constituem a *classe* operária. Embora eles não sejam uma classe, a sua condição operária os coloca na mesma situação e não há aí nenhuma contradição, a determinação econômica atua neste nível com toda a sua força, estabelecendo o primeiro nível de coesão – talvez a melhor palavra para designar isso seja proximidade.

Posto o primeiro nível de coesão, estabelecido no âmbito da determinação econômica, aqueles trabalhadores têm a possibilidade de construção do segundo nível de coesão, entendido aqui como a coesão que se dá pela via dos laços político-ideológicos e culturais. O segundo nível de coesão emana do interior do segmento social, de dentro para fora e não de fora para dentro como supõe a concepção lukasciana da consciência de classe adjudicada. É nessa etapa do processo de constituição da classe que entram as sobredeterminações enquanto dimensões que atuam condicionando o desenvolvimento dos laços político-ideológicos e culturais entre os trabalhadores no contexto de uma situação de classe dada pela determinação econômica. O contato com os trabalhadores demonstrou que, apesar de todos se encontrarem na mesma condição operária, o desenvolvimento dos laços político-ideológicos encontra-se sobredeterminado pela maneira como se manifestam no modo de vida as condições materialmente determinadas para existência social, pela cena política e sindical, pela ação do Estado e pelas relações entre trabalho e superestrutura nos territórios em que se encontram aqueles trabalhadores que integram o novo operariado brasileiro.

O fato de o segmentos ser constituído por trabalhadores jovens, sem experiência anterior com o trabalho industrial, e de contar com um elevado percentual de mulheres (historicamente mais exploradas) facilita a implantação, pelas empresas, de processos produtivos orientados pela intensificação dos ritmos do trabalho, por um maior nível de exploração e de despotismo. O desemprego elevado e o nível intenso de pobreza nos locais onde se instalam as fábricas, indicadores sociais bastante negativos, dificultam o acesso a outras oportunidades de trabalho, o que influencia o comportamento dos operários frente aos patrões e seus prepostos e diante das iniciativas de organização

sindical ou outras ações de cunho reivindicatório. O medo do desemprego e a pobreza nos locais onde vivem tornam os trabalhadores mais suscetíveis ao despotismo fabril.

A construção dos laços político-ideológicos entre os trabalhadores, sobretudo no setor calçadista, esbarra, portanto, em uma situação sobredeterminada pelo seu perfil social e pelas condições materiais de vida. Isso ficou muito claro em todas as entrevistas em que questões desta natureza foram postas. Há entre os operários a consciência de que se a sua situação não é boa, seria ainda pior sem o emprego. Como pôde ser registrado em algumas falas dos operários, é preferível manter o emprego a “se arriscar andando com o povo do sindicato” ou com colegas que entrem em conflito com gerentes e supervisores; evita-se, ainda, participar ativamente de quaisquer processos de organização classista. Ainda assim, nesse quadro, não se pode dizer que são inexistentes os laços de solidariedade no conjunto dos operários. Eles estão presentes, mas, por conta da situação gerada pela relação entre a determinação geral de classe com primeira sobredeterminação, tais laços não podem ser abertamente declarados nem estimulados².

A cena política e sindical é outra sobredeterminação importante para compreender o desenvolvimento do segundo nível de coesão entre os trabalhadores. Devem ser destacados dois aspectos relacionados: a hegemonia neoliberal e as mudanças no conteúdo e na forma de ação dos sindicatos cutistas e aqueles vinculados à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB (central ligada ao PC do B), que têm em sua base os segmentos do novo operariado na Bahia. A hegemonia do neoliberalismo e as mudanças que se operam no cenário sindical dificultam ainda mais o desenvolvimento do segundo nível de coesão do novo operariado. No caso dos operários pesquisados, a demanda por isonomia em relação aos direitos conquistados pela geração operária anterior³ encontra-se na contracorrente. Nos locais onde o desenvolvimento da grande indústria fordista se deu de forma pioneira, a antiga

² Para manter essa situação, a fábrica se utiliza ainda dos processos de trabalho que segmentam o coletivo operário do ponto de vista prático e simbólico, como ocorre no trabalho em células ou no trabalho por times de produção. Ali a solidariedade tende a se limitar ao grupo ou célula. Entre os demais, o sistema incentiva a competitividade. O desenvolvimento do segundo nível de coesão entre os trabalhadores enfrenta, nessas condições, o seu primeiro obstáculo.

³ Trata-se da geração operária que surge no país a partir da segunda metade do Século XX a partir de mudanças estruturais na organização do capitalismo monopolista e do fordismo no país, que deram sinergia a uma segunda onda migratória de empresas em direção ao entorno da cidade de São Paulo, particularmente no ABC paulista.

geração operária luta pela manutenção de direitos, que são constantemente ameaçados e mesmo retirados. Já o novo operariado surge em um momento que tais direitos são vinculados pela ideologia neoliberal como algo anacrônico e até mesmo arcaico, que inviabilizam a gestão estatal moderna e eficiente e entram a competitividade da economia brasileira. As fábricas pós-fordistas e as características do novo operariado – força de trabalho mais barata e produtiva – seriam, no ideário neoliberal, exemplos de uma reorganização eficiente da produção e da gestão capitalista. Assim, enquanto a geração operária da grande empresa fordista acumulou ganhos que alimentaram suas lutas e propiciaram maiores possibilidades para o desenvolvimento do segundo nível de coesão, no caso do novo operariado, a pergunta que se coloca é saber o que alimentará suas lutas e o seu processo de constituição em classe, na medida em que a correlação de forças é ainda mais desfavorável ao avanço na conquista de direitos e proteção social. Se as conquistas mínimas se fazem ainda mais difíceis, a organização coletiva torna-se também mais árdua, mesmo para a luta econômico-corporativa.

A conjuntura sindical complementa o quadro negativo para a organização política do novo operariado. Em primeiro lugar porque o sindicalismo cutista, matriz que orienta a prática sindical entre os segmentos operários pesquisados, já não sustenta um projeto classista e combativo. As negociações setoriais, a tática da “cooperação conflitiva”⁴ e a postura propositiva na relação com o capital passaram a ser o foco da ação sindical. A posição da CUT e da CTB não reflete necessariamente uma postura defensiva, mas uma concepção de ação sindical. As greves e mobilizações de massa passam a ser preteridas. Argumenta-se que a fase de ações mais “agressivas” já passou e que só deu resultados em um determinado período, entre finais dos anos 70 e início dos anos 90. Não por acaso, o refluxo ocorre com a ascensão do neoliberalismo.

A cena política e sindical demonstra que o novo operariado terá muitas dificuldades político-organizativas. As práticas hegemônicas no seio do sindicalismo cutista não apresentam um horizonte político favorável para aqueles trabalhadores. Nas fábricas em que o novo operariado atua, o recrudescimento da exploração produz doenças e lesões e um patamar rebaixado em termos de salários e direitos. Além disso, a dureza com que os patrões e prepostos tratam os trabalhadores e o forte assédio demonstram

⁴ Para mais detalhes sobre este tipo de ação no meio sindical cutista, ver RODRIGUES (1998, p. 116).

que não há espaço para uma postura propositiva ou mesmo de “cooperação conflitiva”, que só tenderia a rebaixar ainda mais as condições de trabalho do novo operariado. Outra tendência existente no campo cutista, e que não contribui para organizar aqueles trabalhadores, é a fragmentação da ação por meio das negociações setoriais.

Em síntese, o patamar regressivo em que se encontra o novo operariado recoloca no campo político-sindical a necessidade de organização para embates mais duros, em uma perspectiva classista. É certo que existem dificuldades locais para empreender iniciativas dessa natureza e a repressão das empresas é apenas um dos exemplos das dificuldades. Entretanto, apesar desses obstáculos que, aliás, em maior ou menor grau, sempre existiram na história do operariado no Brasil, a linha de ação majoritária do sindicalismo cutista não apresenta para o novo operariado um horizonte de organização para tais embates. Sobredeterminado por essa situação, o processo de constituição do novo operariado em classe enfrenta mais um obstáculo que limita a manifestação da insatisfação e do conflito latente. A classe apresenta-se sem formas político-organizativas estrategicamente adequadas à sua situação. A ação do Estado também sobredetermina esse processo. A ação político-ideológica do Estado com vistas a desorganizar as lutas do novo operariado e afirmar o papel progressista das empresas, tanto em nível estadual, quanto em nível local, é mais um elemento que reforça as nossas conclusões relativas às condições reais em que os trabalhadores se encontram, quanto à situação de opressão e às necessidades político-organizativas.

Em seu processo de constituição em classe, o novo operariado se depara, ainda, com algo entranhado em seu modo de vida e que, em larga medida, é aproveitado pelas empresas em cada localidade. Trata-se da relação entre trabalho, cultura e ideologias nos territórios em que as fábricas se instalam. Registra-se ali um ambiente saturado por elementos de mentalidade pré-capitalista no âmbito das relações de trabalho. Isso serve tanto à dura postura anti-sindical praticada pelas empresas, quando ao seu projeto de fazer regredir os direitos formais reconhecidos pelo Estado Burguês. Nos territórios do novo operariado é prática comum o não cumprimento do que legislação trabalhista prevê. A ação do Estado Burguês se mescla com o paternalismo que, de forma aparentemente contraditória, mina os próprios princípios da urbanidade republicana burguesa. Temos ali um exemplo da dura expressão

do capitalismo pós-moderno, onde uma das suas características principais está na reatualização da síntese ainda mais orgânica entre o avançado e o arcaico em termos de organização da produção e de relações de trabalho, sempre na perspectiva de estabelecer um nível mais profundo de repressão aos operários e suas organizações de classe, com ênfase na redução de direitos e da supressão da proteção social do trabalhador.

Se ali, nos territórios do novo operariado, os direitos e garantias historicamente rebaixados estão profundamente enraizados no modo de vida, isso serve ao interesses dos patrões e são preservados na relação entre capital industrial e trabalhadores. Assim, pedagogicamente, é necessário que o horizonte de conquistas do novo operariado seja ampliado de forma substantiva.

Pôde-se constatar ao longo da pesquisa que o referencial local presente na relação entre trabalho, cultura e ideologias encontra-se profundamente enraizado na estrutura de mentalidades do novo operariado. Isso tende a dificultar o processo de mobilização dos trabalhadores. É por isso que a ação política e educativa dos sindicatos, partidos políticos e quaisquer organizações de classe precisa levar em conta não somente a denúncia da situação do trabalhador e a comparação com outras realidades. É necessário, também, colocar na ordem de prioridades a possibilidade de se iniciar uma mudança cultural entre os próprios trabalhadores. Talvez isso contribua para que o novo operariado estabeleça novos significados para sua experiência com o trabalho industrial em condição de super exploração.

De um modo geral, esse é o quadro criado pela relação entre a determinação e sobredeterminações de classe daqueles trabalhadores. A situação é de uma classe que não se constitui de forma homogênea. Nem todos estão no mesmo tempo do processo. Temos então a classe social constituída no seio da classe existente como potência. A classe social constituída é representada por aqueles setores do operariado que conseguiram desenvolver uma visão mais abrangente sobre a sua situação e que, de certa maneira, tendem a ser uma espécie de vanguarda. São eles quem mais se aproximam daquilo que Gramsci denominava como os agentes que se encontram na fronteira mais avançada do combate político-ideológico com o capital. Mas, se por um lado tendem a representar a existência da classe em seu sentido forte, por outro lado é difícil precisar em termos numéricos ou quantitativos quem é a classe ou o seu embrião no conjunto de todo o operariado pesquisado.

Por mais que, em nível individual, se tenha contato com trabalhadores cujo histórico demonstra o desenvolvimento de uma concepção político-ideológica classista e que se distingue claramente no plano dos projetos políticos, hábitos e costumes, em termos coletivos, o que se pode identificar são indícios da existência da classe identificados com a existência dos trabalhadores. Para fins de identificação político-ideológica é mais viável situá-los como uma tendência existente no conjunto dos trabalhadores. Em termos histórico-sociológicos eles representam uma mancha fluída, cujos componentes não podem ser totalmente mensuráveis do ponto de vista quantitativo, mas cuja ação é concretamente visível.

Em um primeiro momento, o observador pode identificar a existência da classe na figura dos diretores sindicais ou de militantes. Durante a pesquisa, podemos acompanhar a trajetória de alguns militantes e sindicalistas. É preciso aqui fazer uma ressalva sobre a idéia inicial de que eles representam a classe operária constituída. Os diretores sindicais ou a militância podem estar, em realidade, reproduzindo um discurso doutrinário elaborado, por exemplo, a partir do partido político, sem que isso tenha muita relação com as suas práticas concretas. Em outros casos, a observação permitiu concluir que alguns sindicalistas e militantes reproduzem uma tendência existente no seio dos próprios trabalhadores. Geralmente identificávamos esse perfil com sindicalistas e operários que ainda não haviam se apropriado do discurso e dos jargões comumente utilizados no meio sindical. São aqueles trabalhadores que verbalizam um discurso mais autêntico, que descreviam sua situação de exploração com códigos de linguagem e aspectos simbólicos originários do seu próprio universo cultural. Isso não quer dizer que entre os sindicalistas e militantes mais “doutrinados” também não exista o indício da existência da classe. Entre eles é mais difícil separar o que é doutrina partidária ou sindical e o que é elaboração própria, a partir da experiência vivenciada na condição operária. Portanto, a nova classe operária existe, mas não é estática ou dada *a priori*. A investigação mostrou que somente o exame do segmento social em sua condição materialmente determinada permitirá ao observador identificar a sua existência e traços dos seus contornos (dificilmente exatos), para além da sua existência como potência.

A identificação da classe e a definição dos seus contornos podem ser melhor realizados a partir de situações de conflito entre os operários e outros

segmentos sociais, e mais especificamente no conflito com os patrões. As situações de conflito se manifestam de diversas formas. O problema está em idealizar as formas de conflito em que classe se torna visível. Em situações que fogem ao modelo, a classe fica obscura ou se afirma sua inexistência. No caso dos trabalhadores pesquisados, pode-se afirmar que em seu seio já se manifesta a estrutura de pertencimento e de identidade política e ideológica. Em um primeiro momento, aparece de maneira um tanto difusa, mas é algo que se irradia em parcelas do segmento investigado e que pode se ampliar.

Em síntese, no seio do novo segmento operário existe uma classe que se desenvolve, mas, nem todo o segmento operário constitui a classe. Em alguns momentos, a estrutura de pertencimento e identidade nascente pode parecer ausente, mas se manifesta, de repente, no diálogo, nos pequenos atos e no discurso direcionado para aqueles que não vivem a situação operária. Expressões do tipo “quem valerá por nós”, “a situação pra gente aqui é muito difícil”, “o sindicato não faz nada pela gente [sic]”, “eles [a gerência] não estão nem aí pra gente”, sugerem um nível de identidade coletiva e de interesses comuns construídas nas relações de exploração vivenciadas. É certo que é preciso fazer uma gradação da identidade que a situação de exploração potencializa. Nesse sentido, se pode falar, considerando os casos estudados, em uma ação política mais abrangente contra a exploração na fábrica, salvo em alguns momentos específicos, quando ocorreram greves e paralisações. A indignação muitas vezes se manifesta, entre os trabalhadores com o tratamento recebido pelos agentes do capital industrial, com o ritmo de trabalho ou com os baixos salários. O confronto simbólico entre Eles (patrões e gerência, por exemplo) e Nós (demais trabalhadores da fábrica) estabelece uma clivagem entre os operários e os outros – patrões, gerentes ou mesmo outros segmentos integrantes da comunidade em que vivem – que não se pode deixar de levar em consideração quando se procura elementos de construção da identidade.

Ao invés de jogar um maior peso na forma que a constituição da identidade classista deveria ter, o mais adequado é trabalhar com o nível de manifestação de identidade classista que aquele operariado tem. Considerando essa questão central é preciso, portanto, dar uma dimensão coerente à afirmação de que as classes só existem na luta de classes. Provavelmente, e aí é preciso fazer justiça à Thompson, certas tendências do marxismo privilegiaram as análises estruturais e economicistas, buscando estabelecer como os conflitos de

classes e as lutas operárias se manifestavam nessas esferas de análise ou como interferiam na conjuntura. Ficavam em um plano secundário as manifestações no cotidiano, por meio das quais os conflitos e a resistência se manifestam de formas menos explícitas.

As manifestações das lutas e resistências do operariado tiveram como foco o seu impacto na cena política ou nos eventos sociais de maior significação, tais como as greves, revoluções etc. O estudo do cotidiano operário possibilita a percepção do conflito antes que ele se manifeste amplamente para a sociedade. Ali é possível perceber os contornos da classe que outros, por uma questão de foco, procurariam e só encontrariam nos momentos atípicos. A luta e a resistência operárias tendem a ser abafadas ao máximo no processo de trabalho, no cotidiano dos trabalhadores, nas dimensões cultural e religiosa e, no limite, pela ação do Estado, que representa os interesses da classe social hegemônica. Em determinados momentos os trabalhadores se comportam como classe social; em outros momentos isso não acontece. A atitude classista, entretanto não necessariamente deixa de existir porque não se manifesta claramente. Até porque, para os trabalhadores que vivem a experiência da dominação política e econômica, a ausência de manifestação de uma postura classista em nível reivindicatório ou de organização para a luta – os níveis mais exigidos e valorizados pelos historiadores e cientistas sociais para dizer se a classe existe ou não – é, em alguns momentos, sobretudo um recuo para garantir a sobrevivência do movimento social e muitas vezes não se manifestam abertamente por causa da coerção patronal.

A concepção de que as classes só existem em um tipo de luta de classes – a luta aberta – toma como principal referência as sociedades onde o exercício da força era o principal instrumento de manutenção da ordem e onde as iniciativas de alteração da condição operária e da exploração resultavam quase sempre em conflito e sublevações. Essa é situação verificada nos estados europeus durante o século XVIII e XIX e na Rússia do período pré-revolucionário, seja pré 1905 ou no pré 1917. Ainda assim, mesmo nessas sociedades, a luta aberta também significou a culminância de processos protagonizados por agentes sociais formados em conflitos e antagonismos anteriores. As classes, portanto, já tenderiam a existir antes mesmo da luta aberta. Em outros termos, a luta aberta só ocorreu porque as classes já existiam. Assim, o problema pode ser colocado de outra forma: as lutas de classes representam a culminância de um longo processo anterior de antagonismo entre classes sociais pré-existentes.

Entre os trabalhadores pesquisados o sistema antagônico entre capital e trabalho envolve todos os operários, mas a necessidade de direcionar esse antagonismo para a luta em defesa dos seus interesses só se manifesta em uma pequena parcela dos trabalhadores. É essa pequena parcela que associa o discurso e o hábito de vida com a situação de exploração na fábrica e que demonstra, a partir dessa associação, a vontade de atuar para reverter a situação citada.

MARXISM AND THEORY OF THE SOCIAL CLASSES

ABSTRACT:

The present article discusses the theory of the social classes and the process of constitution of the working class on basis of the Marxist problematics. With this objective, it establishes the discussion with some currents of the Weberian tradition and with economic tendencies existent in the within Marxism itself. Finally, he presents part of a case study on the process of constitution of the working class in social class.

KEY WORDS: *Marxism. Social classes. Working class.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BOITO JR., A. A (difícil) formação da classe operária. In: **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã, 2003

ENGELS, F. Carta a Bloch. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986b.

FERRAZ, C. L. **O novo operariado brasileiro: um estudo a partir de dois segmentos de trabalhadores**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. v. II. Madrid: Taurus, 1987.

_____. Técnica e Ciência Enquanto Ideologia. In: _____. **Textos escolhidos**. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1975.

LUKÁCS, G. A consciência de classe. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Orgs). **Estrutura de classe e estratificação social**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1995.

_____. **O capital**. L I, v. I. t II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **A ideologia alemã**. v. I. 4. ed. Lisboa: Presença, 1980.

_____. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986a.

NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. E. P. Thompson. Campinas: Unicamp/IFICH, 1998. (Col. Textos Didáticos. v. 1, n. 10)

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RODRIGUES, I. J. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, R. (org). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

RUMIÁNTSEV, A. (Org.) La estructura de la clase obrera de los países capitalistas: materiales del intercambio de opiniones. **Revista Internacional Problemas de la Paz e del Socialismo**. Praga: Editorial Paz y Socialismo, 1963.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. v I e II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEBER, M. Classe, “status”, partido. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org). **Estrutura de classe e estratificação Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

TROTSKY, L. **Questões do modo de vida**. A moral deles e a nossa. São Paulo: 2009.